

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E TÉCNICOS DA RELAÇÃO ENTRE GESTÃO E SAÚDE DO TRABALHADOR NO CONTEXTO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI¹

André Luís Vizzaccaro-Amaral²

Rodrigo Peixoto da Silva³

Introdução

Os campos da Gestão (Reed, 1985 apud Junquilho, 2001, p. 307) e da Saúde do Trabalhador (Lacaz, 2007 apud Vizzaccaro-Amaral, 2013a, p. 55-56) constituem-se como dois campos de conhecimento e de práticas (Bourdieu, 2004 apud Meira e Meira, 2007, p. 2-4)

¹ Este capítulo constitui uma síntese do trabalho monográfico “A relação entre Gestão e Saúde do Trabalhador no Brasil: limites e oportunidades”, para a obtenção do título de Especialista em “Master of Business Administration” (MBA) em Gestão Estratégica de Negócios junto ao Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (PECEGE) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), em julho de 2016. O referido trabalho venceu o Prêmio “Professor Pedro Valentim Marques” de Melhor Monografia durante o VI Simpósio de Agronegócio e Gestão (VI SIM), na ESALQ/USP, e foi desenvolvido por André Luís Vizzaccaro-Amaral e orientado por Rodrigo Peixoto da Silva. Disponível em: <<http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/11/1101000280/tce-03112016-091523/?&lang=br>>.

² Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (PSI-CCB-UEL). Doutor em Ciências Sociais (FFC-UNESP-Marília-SP: 2013), Mestre em Psicologia (FCL-UNESP-Assis-SP: 2003), Especialista (MBA) em Gestão de Projetos (PECEGE-DEAS-ESALQ-USP: 2018), Especialista (MBA) em Gestão Estratégica de Negócios (PECEGE-DEAS-ESALQ-USP: 2016) e Graduado com o Bacharelado, a Licenciatura e a Formação em Psicologia (FCL-UNESP-Assis-SP: 1997), desenvolvendo, atualmente, o Pós-Doutorado em Psicologia (FFCLRP-USP-Ribeirão Preto-SP: desde 2018). Também atua como Membro Colaborador da Rede de Estudos do Trabalho (RET) e Assessor da Associação para a Defesa da Saúde no Trabalho (ADESAT).

³ Doutorando e Mestre em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Especialista em Agronegócios pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (PECEGE-ESALQ/USP). Especialista em Marketing pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (PECEGE-ESALQ/USP). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Araraquara).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

independentes e em constante transformação, porém, que se articulam no âmbito da Gestão de Pessoas, quando consideradas as ações de higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho e enquanto funções inerentes à manutenção das pessoas no contexto organizacional (Chiavenato, 1999, p. 374-398).

A articulação entre tais campos vem sendo ainda mais demandada na medida em que órgãos internacionais e nacionais denunciam significativos e crescentes indicadores de Acidentes do Trabalho (AT), muitos dos quais relacionados às políticas de gestão organizacional e de recursos humanos adotadas pelas organizações produtivas (Vizzaccaro-Amaral, 2013b).

Cerca da metade dos AT, no mundo, decorrem de adoecimentos ocupacionais. No Brasil, considerando os dados totalizados em 2010, e que ainda se mantêm até os dias atuais, dentre os adoecimentos ocupacionais que mais afastam os trabalhadores de seus postos de trabalho, estão: (1º) as Lesões por Esforço Repetitivo/Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT); (2º) as Lesões Traumáticas; e (3º) os Transtornos Mentais e Comportamentais, cuja gênese, predominantemente, está no chamado “estresse ocupacional”, ou seja, decorre de fatores relacionados à gestão, como o cumprimento de metas abusivas, a alta competitividade entre os trabalhadores e a insegurança relativa ao emprego e/ou à renda (Vizzaccaro-Amaral, 2012, p. 70).

O impacto das condições, processos e organização do trabalho para a saúde do trabalhador, de modo geral, pode ser contemplado em diversos trabalhos publicados no Brasil, como os de Mendes (1995), de Minayo (1995) e de Mendes et al. (2011). Trabalhos como os de Machado et al. (2010) e Vizzaccaro-Amaral (2013a e 2015) discutem seus reflexos na previdência social. No que concerne aos impactos para a saúde mental do trabalhador, particularmente, estudos regionais e ampliados foram divulgados em obras como as de Matias e Abib (2007) e de Heloani et al. (2015), com trabalhos predominantemente da região de Londrina-PR, e de Glina e Rocha (2010) e Seligmann-Silva (2011), divulgando e analisando estudos de amplitude nacional e internacional, respectivamente, para citar alguns. Desde 2011, Alves et al. (2011, 2012 e 2015) têm promovido a articulação epistemológica e institucional em torno do eixo temático trabalho-saúde.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Contudo, mesmo com o aumento expressivo do volume de produção de conhecimento e de intervenções relativas ao eixo temático trabalho-saúde, continua crescente o número de AT no mundo todo. Considerando o efeito que as políticas organizacionais possuem sobre a subjetividade e a saúde do trabalhador, detalhadamente explorados em obras como a de Pagés et al. (1987), a de Lima (1995), a de Heloani (2003) e a de Gaulejac (2007), e difundidas em trabalhos diversos mais recentes como em Vizzaccaro-Amaral (2012 e 2013b), investigar a produção recente de conhecimento e de técnicas no espectro temático da relação entre gestão e saúde mostra-se de fundamental relevância.

O estudo aqui apresentado procurou investigar os aspectos epistemológicos e técnicos da relação entre gestão e saúde do trabalhador no contexto brasileiro do século XXI, de modo a analisar, no campo da Gestão, seus limites e alcances e a avaliar, numa dimensão multidisciplinar, possíveis modos de intervenção. Especificamente, objetivou-se: (01) investigar a produção epistemológica (teórico-metodológica) e técnica (instrumentos e ferramentas de intervenção) relativas ao eixo temático gestão-saúde, a partir de um recorte temporal recente (2001-2015) e espacial limitado (brasileiro); (02) analisar tais abordagens no contexto do mundo do trabalho contemporâneo, por meio de uma perspectiva crítica e social; e (03) avaliar possíveis estratégias de diagnóstico e de intervenção no âmbito de ações multidisciplinares.

Aspectos metodológicos

Baseada no paradigma científico qualitativo (Chizzotti, 2006, p.33-61) e no método dialético (Lakatos e Marconi, 2003, p.100-106), a pesquisa teórica e empírica desenvolvida no trabalho aqui apresentado utilizou-se de pressupostos teórico-metodológicos de autores que transversalizam os campos de práticas e de conhecimentos da Gestão e da Saúde do Trabalhador por meio de uma perspectiva crítica e social.

Nesse sentido, o campo da Gestão é aqui compreendido consoante à perspectiva sociológica de Reed (1984, 1985 e 1989 apud Junquilho, 2001) que, ao conceber as diferenças entre três perspectivas de análise sobre gestão (técnica, política e crítica) nas últimas décadas,

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

propõe a compreensão de gestão como “prática social” e as organizações “como conjunto de práticas nas quais seus indivíduos estão rotineiramente engajados na manutenção ou reestruturação dos sistemas de relações sociais nas quais eles estão coletivamente envolvidos” (Reed, 1985 apud Junquilho, 2001, p. 307). Essa perspectiva não entra em conflito com outros estudos que tensionam o conceito de gestão com a evolução do pensamento estratégico, dando origem à Gestão Estratégica, nos anos 1990 (Lobato et al., 2006, p. 15-30), ou que discutem o campo da gestão estratégica como campo científico, ainda que com problemas a serem enfrentados (Hafsi e Martinet, 2008), e alinha-se àqueles que confrontam o campo da gestão estratégica contemporânea com as formas possíveis de se pensar o capitalismo (Faria et al., 2014).

Por sua vez, o campo da Saúde do Trabalhador é um campo em construção que busca “conhecer (e intervir) (n)as relações de trabalho e saúde-doença, tendo como referência central o surgimento de um novo ator social: a classe operária industrial, numa sociedade que vive profundas mudanças políticas, econômicas, sociais” (Lacaz, 2007 apud Vizzaccaro-Amaral, 2013a, p. 55). Essa concepção do campo da Saúde do Trabalhador liga-se e contrapõe-se ao campo da Saúde Ocupacional (cujo foco é voltado para a história natural da doença e para a tríade “agente-hospedeiro-ambiente”), uma vez que considera a determinação social do processo saúde-doença (sob influência da Medicina Social Latino-Americana), mesmo sob uma vertente pragmática (oriunda da Saúde Pública), e aborda, a partir da Saúde Coletiva, “o sofrer, adoecer, morrer das classes e grupos sociais inseridos em processos produtivos” (Lacaz, 2007 apud Vizzaccaro-Amaral, 2013a, p. 56).

Como os campos da Gestão e da Saúde do Trabalhador se interseccionam, de modo mais pragmático, na subárea da Gestão de Pessoas, esta última pode ser compreendida (01) como sinônimo de Administração de Recursos Humanos, refletindo uma maneira de lidar com as pessoas no contexto organizacional (Chiavenato, 2010, p.11); (02) como uma perspectiva ampliada do campo de práticas e de conhecimentos da Administração de Recursos Humanos, atribuída a qualquer função de gestão que possua como subordinadas outras pessoas (Gil, 2001); ou (03) como uma concepção mais estratégica da gestão em relação à administração por considerar que a primeira envolve elementos mais imprevisíveis que a segunda (Fischer, 2002,

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

p. 32). No trabalho aqui apresentado, o campo da Gestão de Pessoas é tomado como uma variação contemporânea da Administração de Recursos Humanos, trespassada por valores, saberes e práticas oriundos de diversos outros campos de conhecimento com os quais dialoga, como o da Psicologia Organizacional e do Trabalho (Zanelli et al., 2004) e o da própria Saúde do Trabalhador e das novas formas de organização do trabalho, sobretudo aquelas decorrentes da flexibilização da produção (Antunes, 2002).

Considerados os elementos “geopistêmicos” acima, o trabalho em questão foi desenvolvido, portanto, a partir de métodos e técnicas da pesquisa social (Gil, 2008), com aproximações junto ao modelo da pesquisa-ação (Thiollent, 1985, p. 14 apud Gil, 2008, p. 30)⁴.

Para o atendimento dos objetivos propostos foi desenvolvida, num primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2008, p. 60-78) e documental (Cellard, 2012, p. 295-316) e, posteriormente, um estudo de campo (Gil, 2008, p. 57), dando ênfase, na etapa posterior, à realização de entrevistas semiestruturadas (Triviños, 2011, p. 145-152).

Para a análise dos dados foram utilizadas a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977; Triviños, 2011, p. 158-166) e a confrontação com os pressupostos teóricos alinhados à perspectiva crítica e social aqui considerada.

⁴ O modelo da pesquisa-ação, no trabalho em pauta, pode ser observado, também, na coordenação e articulação das atividades profissionais desenvolvidas pelo primeiro autor junto ao Departamento de Psicologia Social e Institucional (PSI), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do MBA em Gestão Estratégica de Negócios (PECEGE/ESALQ/USP). Nesse sentido, a pesquisa-ação aqui considerada foi realizada de modo articulado e coordenado com as atividades que o primeiro autor desenvolvia junto ao quinto ano do Curso de Psicologia da UEL, como supervisor de estágio obrigatório em Psicologia do Trabalho, e junto à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UEL, como coordenador do Programa de Formação Complementar (PFC) denominado “ELO CONSULTORIA – A Psicologia Aplicada às Instituições: Uma Proposta de Formação do Psicólogo Através da Atuação em Empresa Júnior” (ELO-EJr). Pautado na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão universitária, no âmbito de uma universidade pública, as ações articuladas entre estágio supervisionado em Psicologia do Trabalho (ensino e pesquisa), realizado na ELO-EJr (ensino e extensão), e o TCC do MBA em questão (pesquisa) consistiram na proposta de ampliação da carta de serviços da ELO-EJr-UEL, de modo que pudesse considerar a oferta de serviços envolvendo os campos de práticas e de conhecimentos da Psicologia do Trabalho em sua intersecção com a Saúde do Trabalhador. Considerando tal articulação, este trabalho contou com as colaborações dos alunos estagiários e quintanistas do curso de Psicologia da UEL naquela oportunidade: Aline Senegalha de Souza, Lauane Rafaela de Brito Campos, Lucas Franco Carmona, Marcos Vinicius Woelke de Oliveira, Maria Giulia Lima Carlessi, Mariana Carolina B. Ferreira, Marisa de C. D. Subtil de Almeida e Thaís Santiago Marino; além da colaboração da aluna Giovanna Theophilo Salomão, aluna do segundo ano do curso de Psicologia da UEL e Diretora de Projetos da ELO-EJr (UEL) ao longo do ano letivo de 2015, supervisora de campo dos alunos junto à empresa júnior.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Resultados e discussões: pesquisa bibliográfica e documental

Foram analisados 461 documentos na pesquisa bibliográfica e documental, dentre os quais: programas institucionais, leis/normas/diretrizes, artigos científicos, dissertações, teses, livros e algumas resoluções normativas relacionadas ao campo da Psicologia, na sua intersecção com o contexto das organizações e do trabalho, sempre considerando o *locus* epistêmico envolvido nas atividades coordenadas para o presente trabalho.

A partir do total de documentos analisados, foi possível classificar 5 categorias distintas entre eles: (01) documentos que não possuíam conexão com a pesquisa, discutindo aspectos relativos à gestão realizada no contexto de organizações de saúde, como hospitais e ambulatórios ou serviços especializados de saúde, fossem eles públicos ou privados, entre outros assuntos, os quais foram enquadrados na categoria Nenhuma Relação com o Tema Analisado (NRTA); (02) documentos que abordavam discussões de conteúdo teórico e/ou metodológico a respeito da gestão voltada para a saúde do trabalhador, denominados, simplesmente, de documentos pertencentes à categoria Epistemológica; (03) documentos que priorizavam informações como relatos de experiências com aplicação de técnicas ou mesmo proposições de tais técnicas (consideradas, aqui, como instrumentos, ferramentas e/ou protocolos de aplicação) para a gestão voltada à saúde do trabalhador, designados como relativos à categoria Técnica; (04) documentos que procuravam apresentar e discutir, teórica e metodologicamente, os instrumentos, ferramentas e/ou protocolos de aplicação dirigidos à gestão voltada para a saúde do trabalhador, identificados no âmbito da categoria Epistemológica/Técnica; e (05) documentos que tratavam especificamente de leis, normas e/ou diretrizes relacionadas à gestão voltada para a saúde do trabalhador, os quais foram classificados como categoria Normativa.

De modo geral, dentre os documentos analisados, 53% pertenceram à categoria NRTA, 21% à categoria Epistemológica, 19% à categoria Técnica, 5% à categoria Epistemológica/Técnica e 2% à categoria Normativa.

Tais resultados referem-se a livros, artigos científicos, documentos, teses e dissertações cujo foco não foi direcionado à gestão voltada para a saúde do trabalhador, especificamente,

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

portanto, abordaram os temas de modo indireto ou a partir de outros campos de conhecimento que não o da Gestão.

A necessidade de divulgação de estudos nesse sentido já vem sendo observada desde o início dos anos 2000 (Heloani e Capitão, 2003) e dados mais recentes vêm apontando para o significativo impacto dos Transtornos Mentais e Comportamentais para a saúde dos trabalhadores, em escala planetária. Dados da World Health Organization (2011) apontam para, aproximadamente, 30% dos trabalhadores sofrerem de transtornos mentais leves e/ou moderados e 10% serem acometidos por transtornos mais graves.

No cômputo geral da pesquisa bibliográfica e documental efetivamente realizadas, embora alguns autores tenham demonstrado um aumento na publicação de artigos científicos (Mendes, 2003; Schiehl et al., 2012) e de teses e dissertações (Gibert e Cury, 2009; Santana, 2006) no campo da Saúde do Trabalhador (ST), influenciado por contribuições de áreas diversas como as da Engenharia de Produção, Ergonomia e Psicologia, nenhuma produção efetiva envolvendo aspectos relativos à saúde dos trabalhadores foi verificada no campo da Gestão (com exceção das obras de Chiavenato, 1999 e 2010, que não apareceram nas pesquisas, com os descritores primários e secundários utilizados, por se tratar de obra genérica com capítulos que abordam a temática, em função da limitação dos metadados) e deficiências importantes foram observadas na difusão de conhecimentos e de técnicas na área da Saúde Mental do Trabalhador (SMT), de modo geral, quando consideradas suas aproximações tanto com o campo da Gestão quanto com as temáticas da SST e da QVT.

Resultados e discussões: estudo de campo

Foram contatadas 125 organizações da Região Metropolitana de Londrina (RML), sendo 93 de Londrina (74,40%), 31 de Rolândia (24,80%) e 01 de Ibiporã (0,8%), dentre as quais: 15 organizações do setor produtivo primário (12%), 52 do setor secundário (41,60%) e 58 do setor terciário (46,40%). Do total de organizações contatadas, 107 eram privadas (85,60%), 13 cooperativas agrícolas ou de crédito (10,40%), duas organizações do terceiro setor

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

(1,6%), duas organizações com capital majoritariamente público (1,6%) e um sindicato de trabalhadores (0,8%).

Após contatos telefônicos e/ou por “e-mail”, 13 profissionais das organizações consultadas (equivalente a 10,40% das organizações contatadas) interessaram-se e/ou dispuseram-se a contribuir com a pesquisa, concordando em participar da entrevista semiestruturada. Em dez delas (76,92%) a entrevista foi realizada *in loco*, ao passo que em duas (15,38%) a entrevista foi realizada por “e-mail” e em uma (7,69%) a entrevista foi realizada fora das dependências da empresa, com um profissional que não era o responsável pela área de SST da mesma, mas que se disponibilizou a contribuir com a pesquisa. Dentre as organizações cujos profissionais participaram da entrevista semiestruturada, sete delas (53,8%) eram do setor produtivo secundário e seis (46,15%) eram do setor produtivo terciário. Não houve nenhuma organização do setor produtivo primário interessada em participar da pesquisa. No que tange ao setor econômico, 11 (84,61%) das organizações pesquisadas eram privadas e duas (15,38%) possuíam capital majoritariamente público.

No que concerne ao conteúdo das entrevistas realizadas, de modo geral, foi possível observar a presença de programas relativos à SST entre as empresas de maior porte, com destaque às organizações do setor industrial, e entre as organizações de capital majoritariamente público (estas do setor de serviços e de grande porte). Todavia, salienta-se que o conteúdo das entrevistas revelou que tais programas não parecem estar vinculados a políticas estratégicas organizacionais, mas, sim, preocupados com o atendimento da legislação vigente. Entre as organizações de menor porte, todas elas privadas e com predominância entre as do setor produtivo terciário, não foi possível observar programas efetivos de SST, nem mesmo para o atendimento da legislação em vigor, ocupando-se de tais assuntos de modo informal apenas após o surgimento de uma demanda real. Em todas as empresas pesquisadas no estudo de campo, vale ressaltar, não houve a identificação de qualquer preocupação com os aspectos relativos à Saúde Mental no Trabalho (SMT).

A preocupação maior da indústria com as questões relativas à SST decorre desse setor produtivo ser aquele que congrega as maiores taxas de mortalidade e de incapacidade permanente entre os trabalhadores no Brasil (MTE, 2015, p. 8). Em estudo anterior, Wüsnch

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Filho (1999) investigou as tendências decrescentes de AT, no Brasil, entre os anos de 1970 e 1995, e concluiu que tais taxas decrescentes além de serem ocasionadas por subnotificações, por parte das organizações, decorriam, também, da menor atividade econômica no setor industrial e das migrações de trabalhadores para o setor terciário, além do crescente número de desempregados, reforçando a relação entre a atividade industrial e os AT, sobretudo aqueles com maior gravidade.

Esse tipo de situação resulta em ações mais frequentes e efetivas por parte dos órgãos de fiscalização. Entre os anos de 2007 e 2011, a média anual de análises feitas por Auditores Fiscais do Trabalho foi de 1.927, ao passo que, entre os anos de 2013 e 2014, essa média saltou para 2.347 (MTE, 2015, p. 10). Tais dados explicam, portanto, a maior atenção dada por parte das indústrias pesquisadas no estudo de campo à SST e, ao mesmo tempo, denotam um caráter “legalista” dessa atenção.

Considerações Finais

De modo geral, os resultados da pesquisa bibliográfica e documental junto a bases de dados físicas e virtuais permitiram constatar que há escassa produção epistemológica (discussões teórico-metodológicas) e técnica (ferramentas, instrumentos e/ou protocolos), no campo da Gestão, voltadas para a saúde do trabalhador, sobretudo para a sua saúde mental.

Por sua vez, os resultados do estudo de campo demonstraram um mero “formalismo” legalista por parte das organizações de maior porte e pouca ou nenhuma ação voltada para a saúde dos trabalhadores nas de menor porte, dentre as organizações do setor produtivo secundário e terciário pesquisadas na Região Metropolitana de Londrina-PR.

Resguardadas as limitações deste estudo, os resultados indicam profundas limitações técnico-epistemológicas na relação entre Gestão e Saúde do Trabalhador e denotam um profícuo campo de intervenções na região de Londrina, como trabalhos de pesquisa articulados com a prestação de serviços e com a formação de recursos humanos, que poderiam ser reproduzidos em realidades ou contextos semelhantes.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Referências Bibliográficas e Bibliografia

Alves, G. et al. (orgs.). 2011. Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. 1ª. ed. Editora LTr, São Paulo, SP, Brasil.

Alves, G. et al. (orgs.). 2012. Trabalho e estranhamento: saúde e precarização do homem-que-trabalha. 1ª. ed. Editora LTr, São Paulo, SP, Brasil.

Alves, G. et al. (orgs.). 2015. *A híbris de saturno: precarização do trabalho, saúde do trabalhador e invisibilidade social*. 1ª. ed. Editora Canal 6, Bauru, SP, Brasil. (Projeto Editorial Praxis).

Antunes, R. 2002. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 8ª Ed. Editora Cortez, São Paulo, SP, Brasil.

Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT]. 2010. ABNT NBR ISO 26000. Diretrizes sobre responsabilidade social. Disponível em <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_65.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2016.

Bardin, L. 1977. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70, Lisboa, Portugal.

Brasil. 1991. Decreto nº 127, de 22 maio 1991. Promulga a Convenção nº 161, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0127.htm>. Acesso em: 11 maio 2016.

Cellard, A. 2012. A análise documental. p. 295-316. In: Poupart, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 3ª Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil. (Coleção Sociologia).

Chiavenato, I. 1999. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 1ª Ed. Campus, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Chiavenato, I. 2010. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3ª Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Chizzotti, A. 2006. A pesquisa qualitativa e seus fundamentos filosóficos. p. 33-61. In: Chizzotti, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Costa, V. 2015. Raio-X da Região Metropolitana de Londrina. Folha de Londrina. Londrina-PR, 05 de dezembro 2015. Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/?id_folha=2-1--464-20151205>. Acesso em 01 maio 2016.

Dal Rosso, S.; Cardoso, A. C. M. 2015. Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 30, n. 3: 631-650. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000300631&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Departamento Intersindical de Estatística e Assuntos Socioeconômicos [DIEESE]. 2013. Normas sobre responsabilidade social das empresas: a ISO 26000 e o GRI. Notas Técnicas. n. 121. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec121DesempenhoResponsabilidadeSocial.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

Faria, A. A. et al. 2014. O que gestão estratégica tem a ver com capitalismo(s)?. Revista de Administração Contemporânea, 18(spe): 2-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552014000700002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Fischer, A. L. 2002. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. p. 11-34. In: Fleury, M. T. L. (Org.). As pessoas na organização. Gente, São Paulo, SP, Brasil.

Gaulejac, V. 2007. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Trad: Ivo Storniolo. Ideias & Letras, Aparecida, SP, Brasil.

Gibert, M. A. P.; Cury, V. E. 2009. Saúde mental e trabalho: um estudo fenomenológico com psicólogos organizacionais. Boletim de Psicologia, vol. LIX, n. 130: 45-60. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000100005>. Acesso em: 11 maio 2016.

Gil, A. C. 2001. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Gil, A. C. 2008. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Gil, A. C. 2008. Pesquisa-ação e pesquisa participante. p. 30-31. In: Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Gil, A. C. 2008. Estudo de campo. p. 57. In: Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Gil, A. C. 2008. Uso da biblioteca. p. 60-78. In: Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Glina, D. M. R.; Rocha, L. E. (orgs.). 2010. Saúde mental no trabalho: da teoria à prática. Roca, São Paulo, SP, Brasil.

Hafsi, T.; Martinet, A. C. 2008. Estratégia e gestão estratégica das empresas: um olhar histórico e crítico. Revista de Administração Contemporânea, 12(4): 1131-1158. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552008000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Heloani, J. R. M. 2003. Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Heloani, J. R. M.; Capitão, C. G. 2003. Saúde mental e psicologia do trabalho. São Paulo em Perspectiva. [online]. vol.17, n.2: 102-108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Heloani, R. et al. (orgs.). 2015. Sociedade em transformação: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade v. 2. EdUEL, Londrina, PR, Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. 2016. Cidades@: Londrina. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=411370&search=parana|ondrina|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 26 abril 2016.

Junquilha, G. S. 2001. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do "folclore" e o "fato". Gestão & Produção, 8(3): 304-318. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2001000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Lacaz, F. A. C. 2000. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. Ciência & Saúde Coletiva, 5(1): 151-161. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 08 junho 2016.

Lacaz, F. A. C. 2007. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 4: 757-766. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 11 maio 2016.

Lakatos, E. M; Marconi, M. A. 2003. Método dialético. p. 100-106. In: Lakatos, E. M; Marconi, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5ª Ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Lima, M. E. A. 1995. Os equívocos da excelência. Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Lobato, D. M. et al. 2006. Evolução do pensamento estratégico. In: Lobato, D. M.; Moysés Filho, J.; Torres, M. C. S.; Rodrigues, M. R. A. Estratégia de empresas. 8ª Ed. Editora FGV, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Luna, I. N. et al. 2014. Empresas juniores como espaço de desenvolvimento de carreira na graduação: reflexões a partir de uma experiência de estágio. Rev. Psicol., Organ. Trab. [online]. vol.14, n.4: p. 441-451. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 junho 2016.

Machado, J. et al. (orgs.). 2010. Saúde e trabalho no Brasil: uma revolução silenciosa – o NTEP e a previdência social. Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil.

Matias, M. C. M.; Abib, J. A. D. (orgs.). 2007. Sociedade em transformação: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade. EdUEL, Londrina, PR, Brasil.

Meira, F. B.; Meira, M. B. V. 2007. Considerações sobre um campo científico em formação: Bourdieu e a “nova ciência” do turismo. Cadernos EBAPE.BR, v. 5, nº 4: 2-4. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n4/v5n4a06>>. Acesso em 07 junho 2016.

Melo Neto, F. P.; Fróes, C. 2002. Empreendedorismo social. Qualitymark, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Mendes, R. 1995. Patologias do trabalho. Forense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Mendes, R. 2003. Produção científica brasileira sobre saúde e trabalho, publicada na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1950-2002. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. Belo Horizonte, vol. 1, n. 2: 87-118. Disponível em <<http://www.higieneocupacional.com.br/download/producao-rene-mendes.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

Mendes, J. M. R et al. 2011. Saúde e trabalho: múltiplas perspectivas. Plêiade, São Paulo, SP, Brasil.

Minayo, M. C. 1995. Os muitos Brasis. Hucitec, São Paulo, SP / Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ministério da Saúde [MS]. 2005. Legislação em saúde: caderno de legislação em saúde do trabalhador. 2ª. ed. rev. e ampl. Brasília, DF, Brasil. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_saude_trabalhador.pdf>. Acesso em 11 maio 2016.

Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]. 1994a. Portaria nº 24, de 29 dezembro 1994. Aprova o texto da Norma Regulamentadora nº 7 – Exames Médicos. Brasília, DF, Brasil.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181317>>. Acesso em 11 maio 2016.

Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]. 1994b. Portaria nº 25, de 29 dezembro 1994. Aprova o texto da Norma Regulamentadora n.º 9 – Riscos Ambientais. Brasília, DF, Brasil.

Disponível em

<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA44A24704C6/p_19941229_25.pdf>. Acesso em 11 maio 2016.

Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]. 2015. Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes do Trabalho: 2015-2016. Brasília, DF, Brasil. Disponível em

<<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814D5270F0014D71FF7438278E/Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Redu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Acidentes%20do%20Trabalho%202015-2016.pdf>>. Acesso em 01 maio 2016.

Miranda, C. R.; Dias, C. R. 2004. PPRA/PCMSO: auditoria, inspeção do trabalho e controle social. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1: 224-232. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000100039&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Moraes, M. R. C. 2012. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 37(126): 287-289. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000200010>. Acesso em 08 junho 2016.

Oliveira, M. H. B.; Vasconcellos, L. C. F. 1992. Política de saúde do trabalhador no Brasil: muitas questões sem respostas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2: 150-156. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1992000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Pagès, M. et al. 1987. O poder das organizações. Trad. Cecília Pereira Tavares e Sonia Simas Favatti. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Rogers, E. M; Shoemaker, F. F. 1971. Communication of innovations: a cross cultural approach. Free Press, New York, USA.

Santana, V. S. 2006. Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 40, n. spe: 101-111. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social [SERTS]. 2004. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Seligmann-Silva, E. 2011. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. Cortez, São Paulo, SP, Brasil.

Schiehl, A. R. et al. 2012. Qualidade de vida no trabalho e saúde: evolução histórica e perspectivas de inovação. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.21, n.1: 113-127.

Disponível em:

<<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/760/915>>. Acesso em: 11 maio 2016.

Triviños, A. N. S. 2011. Entrevista semiestruturada como técnica de coleta de informações. p. 145-152. In: Triviños, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª Ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Triviños, A. N. S. 2011. Método de análise de conteúdo. p. 158-166. In: Triviños, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª Ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Vizzaccaro-Amaral, A. L. 2012. Trabalho, saúde e estranhamento na primeira década do século XXI. p. 68-83. In: Alves, G. et al. (orgs.). Trabalho e estranhamento: saúde e precarização do homem-que-trabalha. Editora LTr, São Paulo, SP, Brasil.

Vizzaccaro-Amaral, A. L. 2013a. “(In)Capacitados para o trabalho”? Trabalho, estranhamento e saúde do trabalhador no Brasil (2000 - 2010). Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília-SP, Brasil. Disponível em <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100999/vizzaccaroamaral_a_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 abril 2016.

Vizzaccaro-Amaral, A. L. 2013b. Os novos paradigmas em gestão de recursos humanos e a saúde mental do trabalhador. p. 601-640. In: Ferreira, J. J.; Penido, L. O. (coords). Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás. Cir Gráfica, Goiânia, GO, Brasil.

Vizzaccaro-Amaral, A. L. 2015. A (in)visibilidade dos “(in)capacitados para o trabalho”. p. 87-110. In: Alves, G. et al. (orgs). A híbris de Saturno: precarização do trabalho, saúde do trabalhador e invisibilidade social. Canal 6, Bauru, SP, Brasil. (Projeto Editorial Praxis)

Vizzaccaro-Amaral, A. L. 2016. A relação entre Gestão e Saúde do Trabalhador no Brasil: limites e oportunidades. Monografia de Especialização em MBA em Gestão Estratégica de Negócios. Universidade de São Paulo, Piracicaba-SP, Brasil. Disponível em: <<http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/11/1101000280/tce-03112016-091523/?&lang=br>>. Acesso em 29 janeiro 2018.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

World Health Organization [WHO]. 2011. Relatório sobre a saúde no mundo 2011: Saúde mental – nova concepção, nova esperança. Genebra, Suíça. Disponível em: <http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

Wunsch Filho, V. 1999. Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1: 41-52. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

Zanelli, J. C. et al. (orgs.). 2004. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Artmed, Porto Alegre, RS, Brasil.